

o consumo, esse café foi comprado pelo I.B.C. e sua armazenagem exige recursos vultosos.

Falou-se recentemente, em queimar esse café. Certos círculos chegaram, mesmo, com inusitada insistência, a reclamar tal atitude. Entretanto, tal pensamento parece ter sido superado, diante dos rumos que tomou a discutida questão da industrialização do café e, principalmente do crime que constituiria a queima para a economia do país. É que o povo brasileiro seria o único a perder com a propalada queima.

Tão absurda e escandalosa foi a tese aventada, que o próprio jornal "O Estado de São Paulo" sobre ela se referiu da seguinte maneira: "De fato, os pronunciamentos favoráveis à incineração encontram explicação na mentalidade de alguns lavradores que se acostumaram à idéia de produzir café exclusivamente para o governo, unicamente com o objetivo de receber dinheiro do Tesouro da União".

Com toda a procedência, as Indústrias Matarazze, em relatório da Diretoria, há tempos publicado denominou tais premissões, de queima de café, de "propósitos medievais". Manifestações como estas levaram a que se criasse o sentido da industrialização para os cafés de expurgo. Assim é que algumas iniciativas já foram bem sucedidas, dando-nos perspectivas promissoras nesse novo ramo do emprego do café de expurgo. Vários sacos de caféina produzida no Brasil já foram exportados e, se bem que em pequena quantidade, começa a ser uma nova fonte de divisas.

Margarina, óleo, graxa, adubos — tudo extraído do café — começam a ser produzidos. Dois milhões de sacos de expurgo já foram vendidos pelo I. B. C., havendo condições imediatas de venda para outras três milhões de sacos. Desse modo, a industrialização do café de expurgo ganha novos horizontes e tornar-se-á fator positivo na economia nacional.

Isto é o que desejamos, louvando e aplaudindo a vitoriosa iniciativa do I.B.C.

Era o que tínhamos a dizer, Sra. Presidente e Srs. Deputados.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Onofre Gosuen. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Israel Dias Novaes.

O SR. ISRAEL DIAS NOVAES (Sem revisão do orador) — Sra. Presidente, Srs. deputados, estamos encaminhando à Mesa o seguinte requerimento:

(Lê) "Requerimento N.º ... de

Requeiro, ouvido o Plenário, se consigne na Ata dos nossos trabalhos um voto de congratulações com a população de Itápolis, pelo subscrito de ouro sacerdotal de frei Paulo Ling, vigário local, deste se dando conhecimento às autoridades locais e ao Ilustre Sacerdote.

Sala das Sessões,

Justificativa

Não temos notícia, Sra. Presidente e Srs. deputados de sacerdote com maiores trabalhos à comunidade do que o venerando vigário de Itápolis. Ordenado em 1910, após cursar Teologia em Petrópolis, já tinha então Frei Paulo Ling 4 anos de Brasil, eis que aqui chegara em 1906, procedente da Alemanha, onde nascera em 1885. Recebera, dois anos antes, o hábito franciscano, na Westfália. Escolheu o Brasil para o exercício do seu ofício religioso. Após 10 anos de atividade em Santa Catarina, na paróquia de São José, transferiu-se para esta Capital e daqui para Rio Preto e Florianópolis. Assumindo a paróquia de Itápolis em 1952, lá se fez, em pouco, admirado e querido por todos os fiéis. Em Itápolis não é apenas o pastor religioso; sua atividade social prestada por exemplar espírito de caridade, tem-no feito desdobrar-se na manutenção de estabelecimentos assistenciais, que fizeram de Itápolis cidade modelar sob esse aspecto.

Propondo o presente, não fazemos senão solidarizarmo-nos com o acontecimento tão significativo para a vida interiorana de São Paulo.

Era o que tinha a dizer.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Marcondes Filho.

O SR. MARCONDES FILHO (Sem revisão do orador) — Sra. Presidente, Srs. deputados, comparecemos a esta tribuna para tratar de um assunto palpitante e de interesse da população de nosso Estado, qual seja o do grave problema da poluição dos rios. Muito já se tem discutido e falado desta matéria, porém nossos rios continuam recebendo os esgotos das cidades e os resíduos de fábricas que se tornam cada vez mais poluídos.

O nobre colega Old Franco, já ocupou esta mesma tribuna diversas vezes para tratar do mesmo problema e o fez de maneira brilhante, mas até hoje nenhuma providência foi tomada, o que admiro, pois há uma nova técnica, muito simples para o tratamento de esgotos de cidades e que se acha em voga nos Estados Unidos da América do Norte. Desde que recebemos denúncia da poluição do Rio Atibaia, que recebe poluição de diversas cidades vizinhas a Campinas, puzemo-nos a campo para o estudo da questão. Pudemos, então, verificar que, realmente, a solução do gravíssimo problema dos resíduos das cidades, de acordo com o sistema que, nos Estados Unidos, vem se desenvolvendo, não é difícil, e é econômica. E para acentuar esta facilidade, basta dizermos que a solução é dada, em grande parte, pela própria natureza, sendo suficiente, na maioria das vezes, o aproveitamento de uma depressão de terreno próximo à cidade, para que seus esgotos não mais constituam elementos de poluição dos rios.

Há mais de vinte anos, uma pequena cidade norte-americana não possuindo recursos suficientes para a instalação de um complicado sistema de purificação dos despejos de seus esgotos, mandou cavar em terreno próximo, uma fossa e para ali encaminhou suas descargas. Por incrível que pareça, o resultado de medida tão simples resolveu o problema da água que, ao sair desta lagoa para o rio, era escomada de elementos contaminantes. A observação deste fato auspicioso começou a despertar interesse e hoje algumas centenas de cidades experimentam, com sucesso, o interessante sistema que evita a contaminação de muitos de seus rios. O assunto já é de conhecimento popular, pois a revista Seleções do Reader's Digest, de setembro último publicou, para os leitores, interessante artigo de esclarecimento técnico.

Pois bem Senhora Presidente e nobres deputados, o nosso Estado, como sempre pioneiro das boas iniciativas e interessado na solução do problema, já está estudando minuciosamente o assunto da poluição dos rios, através da Secretaria da Saúde, cujo titular Dr. Fauze Carlos demonstrou compreender a gravidade da questão, prometendo medidas para uma solução de emergência.

Em nosso Estado, esta tarefa coube ao Serviço do Vale do Paraíba do Departamento de Águas e Energia Elétrica, da Secretaria da Viação sob a responsabilidade do Brigadeiro Faria Lima. Experimentalmente o aludido Serviço instalou dos tipos de lagoa de oxidação nos arredores da cidade de São José dos Campos, que deverão entrar em funcionamento dentro dos próximos dias.

É realmente o Departamento de Águas e Energia Elétrica uma repartição que orgulha São Paulo. No estudo que nós propuzemos a fazer sobre o assunto da poluição dos rios, tivemos a oportunidade de conhecer a utilidade desse órgão. Embora já o conhecêssemos pelas realizações no setor da energia elétrica, pudemos, agora, observar a amplitude que ele vem tomando com seus novos serviços, das mais finalidades e dos mais elevados objetivos. Merece elogios pelo trabalho que vem desenvolvendo e pela sua racional organização o Departamento dirigido pelo Engenheiro Nilde Ribeiro. Está ligado, por intermédio de convênios, com outras repartições técnicas, o que faz com que suas atividades fiquem mais econômicas para o erário público paulista. No Serviço do Vale do Paraíba, cuja direção está entregue à capacidade do Engenheiro Antonio Greff Borba, tomamos conhecimento do intercâmbio científico que esse Serviço mantém com o Instituto Agrônomo de Campinas; um completando o outro em atividades e interesses recíprocos, as quais formam o sustentáculo de acertadas soluções dos problemas da água e da energia elétrica como fontes para o aumento da produtividade agrícola do rico e bellissimo vale que liga Rio a São Paulo. E referindo-nos ao Serviço do Vale do Paraíba, não podemos deixar de assinalar o trabalho dos técnicos Herculano do Livramento Prado, Mario Boronovi, Benoit Almeida Victorette, Iwoa Hirata, Jorge Duprat Cardoso, Euclides Morelli, Geraldo Guimarães e Carlos Leopoldo Philipovsky, este último do Ministério da Agricultura. Todos eles, com a cooperação de outros técnicos, contribuem eficientemente para o aproveitamento racional daquela rica região e, por conseguinte, para a elevação do nível de vida de sua população.

Depois desta pequena dissertação que acabamos de fazer, incompleta sem dúvida, procuraremos trazer futuramente novos subsídios para conhecimento desta Casa acerca dos trabalhos realizados e em realização no Estado pelo seu Departamento de Águas e Energia Elétrica.

Mas, voltemos à questão da poluição dos rios, problema que julgamos estar em fase promissora de solução com as chamadas lagoas de oxidação.

Para esclarecer a matéria, diremos inicialmente o que é um tanque chamado tecnicamente de lagoa de oxidação. É uma escavação feita em terreno plano mais baixo do que a cidade e pouco mais alto que o nível do rio ou ribeirão mais próximo. O comprimento e a largura desta lagoa é proporcional ao número de habitantes da cidade, porém sua profundidade deve variar entre 90 e 100 centímetros. Um pequeno dique ao redor da lagoa evita que as enxurradas aumentem a água ali contida. Há dois sistemas de lagoas; o americano, de tamanho maior, exige 416 hectares para uma vazão de 4 litros de despejo por segundo correspondente a um consumo de água de mais ou menos 120 litros por dia e "per capita" de uma população de 3.400 habitantes. O sistema

australiano exige somente 2,9 hectares para uma população de 12.000 habitantes com gasto médio de 120 litros de água por dia e "per capita", porém com um escoamento de despejo da cidade de 14 litros por segundo. Este último sistema, ou seja o australiano, estabelece a divisão da lagoa em duas partes, sendo uma menor e outra maior. Como se vê a exigência de área da lagoa tipo australiana é bem menor do que a do sistema americano. Qualquer dos dois sistemas, todavia, evita que as águas dos despejos das cidades entrem fortemente contaminadas nos rios. A água sofre na lagoa um processo de purificação que veremos adiante.

Nos estudos que fizemos, concluímos que deverá ser excelente o grau de purificação da água dos despejos das cidades depois de tratados nas lagoas, em apêço, em virtude de um fenômeno bio-químico. O despejo da cidade cai nos tanques de oxidação. Ali se processam a fermentação de substâncias orgânicas e a multiplicação de bactérias. Destas advém, além de outras substâncias, o gás carbônico (CO₂) e a amônia (NH₄). Estes dois elementos facilitam o desenvolvimento de algas. Das algas, em virtude da ação clorofiliana, ou seja das fotossíntese, se desprende oxigênio para as bactérias, havendo, assim, um simbiose. Os restos de material orgânico se depositam na lagoa. Nesta lufa pela sobrevivência muitos germens patogênicos, por serem menos resistentes em suas condições vitais, perecem.

Para evitar uma infiltração demasiada da água das lagoas, estas devem ser forradas com uma pequena camada de argila, quando o terreno o exigir.

Conforme dissemos, ainda no corrente mês, deverão ser iniciadas as experiências na lagoa tipo australiana de São José dos Campos pois ela no momento está recebendo água de um ribeirão próximo. Aliás, um de seus tanques já está cheio até a altura conveniente, faltando encher de água o segundo depósito, ou seja, a maior divisão desta lagoa. Uma vez testado com rigor técnico o tipo australiano, o Serviço do Vale do Paraíba dará início aos ensaios na lagoa tipo americano, que também já se acha construída. Pelc que apuramos, os técnicos são a cordes quando afirmam ser o processo bastante interessante, pois que ele vem dando excelentes resultados nos Estados Unidos. Haverá acurado controle de pureza da água que sai dos tanques. Segundo se espera, estas lagoas servirão até para purificar despejos de fábricas de determinados produtos, não servindo, porém, é óbvio, para outros que devem passar por processos próprios de purificação conforme determinam a lei 2.182, de 22 de julho de 1953 e a de número 3.068, de 14 de julho de 1955.

Sra. Presidente e nobres deputados. Proclamados oficialmente os resultados das lagoas de oxidação e observada exaustivamente a sua eficiência, devem as Prefeituras, devidamente auxiliadas pelo Estado aproveitar os ensinamentos do Serviço do Vale do Paraíba, para evitar a poluição dos rios e dos ribeirões. O nosso sistema fluvial está cada vez mais poluído. Ninguém ignora que o rio Tietê, que atravessa esta grande metrópole, é contaminado de tal maneira que este fato fere a nossa categoria de povo civilizado. Basta citar que sua acidez, em certas horas, chega a pH 3,5, o que demonstra o seu alto índice de poluição.

No interesse que tomamos pelo assunto, além de que é ora citado, mandamos buscar na França, por intermédio de seu Centro de Documentação Técnica desta Capital, os esclarecimentos sobre o modo pelo qual os franceses conseguiram fazer com que o Sena seja isento de resíduos contaminantes. Tão cedo nos chegarem tais informações, voltaremos a esta tribuna, para novos esclarecimentos sobre o assunto.

Antes de terminar, desejamos externar a enorme satisfação que experimentamos ao saber que os ilustres e dinâmicos Prefeitos Municipais de Campinas, de Valinhos, de Vinhedo e de Itatiba, respectivamente Srs. Miguel Vicente Cury, José Spadaccia, Dr. Abrão Aun e Sr. Pedro Mascagni, estão empenhados na solução do problema da poluição dos ribeirões que desagüam no Rio Atibaia. E queremos informá-los de que este nosso pronunciamento sobre a matéria é uma colaboração que desejo acrescentar aos esforços que esses incólitos homens públicos estão fazendo no sentido de que as populações de seus progressistas municípios fiquem isentas do mal que causa a poluição do sistema fluvial que as serve.

Era o que tínhamos a dizer.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Francisco Franco.

O SR. FRANCISCO FRANCO (Sem revisão do orador) — Sra. Presidente, Srs. deputados, quanto mais se aprofunda a crise do café, mais nos lembramos do algodão, cujo aumento de produção a Secretaria da Agricultura vem prometendo há mais de 10 anos e até agora nada conseguiu fazer.

Quais os motivos pelos quais a produção vem decando desde 1943 até hoje? Em 1943 produzimos 450 milhões de toneladas e hoje apenas 180 milhões. Poderei citar alguns desses motivos:

1.º — Péssima qualidade das sementes fornecidas aos lavradores pela Secretaria da Agricultura;

2.º — Arrendamento muito alto cobrado pelos proprietários das terras;

3.º — Falta de inseticidas e implementos agrícolas, cujo preço é exorbitante;

4.º — Não cumprimento da Lei n. 1506, na ocasião em que o lavrador já tem entregue parte da mercadoria aos exportadores e maquinistas;

5.º — Falta de financiamento adequado, pois um lavrador não pode ir, hoje, diretamente ao gúichê do Banco do Brasil mas tem que ir por intermédio do fazendeiro do intermediário ou do comerciante. O financiamento continua a ser burocrático e isto causa dificuldades ao lavrador;

6.º — Falta de financiamento técnico, isto é, falta de instrução preliminar, o que é essencial para boa lavoura de algodão.

Esses são os principais motivos pelos quais está havendo uma queda brusca na produção de algodão, produto este que poderia substituir o café, nesta crise. Em 1918, 1929 e 1930 foi o algodão que conseguiu, com a sua produção centuplicada, equilibrar a nossa balança comercial.

Desta tribuna aproveitamos o ensejo para fazer um apêlo ao Sr. Governador do Estado para que fomente a produção de algodão porque é o único produto que não está em superprodução.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Avalone Júnior.

O SR. AVALONE JÚNIOR (Sem revisão do orador) — Sra. Presidente, Srs. deputados, mais um fato lamentável no setor de trânsito ocorreu na madrugada de domingo último, 18 de dezembro, quando dois motoristas de táxi esbulharam uma família nordestina de retirantes cobrando-lhe seis mil cruzeiros por uma corrida da Estação Roosevelt até Cidade A. E. Carvalho.

Temos preconizado nesta augusta Assembleia a valorização dos bons profissionais do volante através severa devassa em seus prontuários e em suas vidas progressas, excluindo-se sumariamente aqueles que deslustram a operosa classe.

A notícia dos jornais fala ainda em "intermediários" vendedores e gerenciadores dessas corridas fraudulentas. Naturalmente, serão descobertos e punidos. É óbvio, porém, que eles não existiriam se os motoristas não se desviassem tentar pelo ato desonesto.

Sabemos que o Serviço de Fiscalização da DST apreendeu as cartas dos profissionais faltosos e procedeu à retirada das chapas dos carros em apêço. Há interesse, agora, em saber qual a atitude que assumirá o Sindicato de Classe em face desses acontecimentos. Serão os dois motoristas expostos vergonhosamente do Quadro? Ou serão contemplados com 35% de aumento nas taxas das corridas, para que não precisem cometer roubos à luz difusa da madrugada e os possam fazer à luz do dia?

Esses fatos servem de exemplo, Srs. Parlamentares justificam mais que nunca a luta que desenvolvemos pela redenção do trânsito, luta de defesa da Família Paulista, de defesa à bolsa dos brasileiros em geral, de defesa das próprias vidas tantas vezes ameaçadas no torvelhinho de corrupção e desonestidade dos maus e incompetentes motoristas. Dos maus, apenas porque os bons estão conosco, integralmente solidários à luta que também os bons que valorizará a classe, redimindo-a perante a opinião pública!

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Mendonça Falcão.

(O Sr. Mendonça Falcão, pronuncia um discurso que, por depender de revisão do orador, será publicado depois).

O SR. SCALAMANDRE SOBRINHO — Sra. Presidente, Srs. deputados, em dias do mês passado formulei, desta tribuna, um apêlo para que se tomassem imediatas providências no sentido de serem vacinadas todas as crianças de São Paulo contra a paralisia infantil. Na ocasião o meu apêlo foi tomado como crítica às autoridades responsáveis, que, no mesmo dia, por todos as emissoras e televisão me reputavam de mal informado. No dia seguinte importante vespertino desta Capital em manchete dizia: "Fulano de Tal deputado Scalamandre Sobrinho". No entanto, descuidados, foram os autores das entrevistas desmentidos. E a moléstia alastrava-se de maneira alarmante.

A própria Secretaria, a responsável, está alarmada. Aliás, a Imprensa, o Rádio e a Televisão têm feito angustiantes apêlos para que a população procure os oito postos de vacinação. Por outro lado, quelhamsos que o povo não os procuram. Mas, o que foi feito pelo Departamento de Propaganda e Educação Sanitária da Secretaria? Nada! E isso porque esse Departamento não tem sido convenientemente amparado, conforme determinam a letra e o